

# MENSALIDADE: FAÇA SUAS CONTAS.



Anete Lopes



Virginia Camargo

## É o fim da confiança nas escolas particulares?

Pais abordando os professores na porta das escolas para questioná-los sobre o salário. Alunos mais indisciplinados nas salas de aula, acusando a escola de roubo. Diretores e professores desorientados com o procedimento dos estudantes. Pais exigindo que as escolas apresentem suas planilhas de custos, regularmente.

Segundo já admitem alguns diretores, o maior problema do aumento das mensalidades não foi financeiro, mas de perda de credibilidade nas escolas particulares.

— Parece que as pessoas ainda não se deram conta da seriedade do problema — observa Silvia Figueiredo Gouveia, diretora do colégio Nova Lourenço Castanho. — A escola é um segundo lar da criança, onde ela passa grande parte de sua vida. É necessário que o ambiente seja o mais saudável possível, e não o que anda acontecendo de alguns meses para cá.

— Nesse ambiente tenso, os pequenos ficam na defensiva e perdem a naturalidade, enquanto os de mais idade passam a agredir os professores, repetindo o que ouvem em casa — adverte Silvia. — Provocações como “meu pai paga caro e eu faço o que quero”, ou “essa escola só faz roubar a gente” estão se tornando rotineiras nas salas de aulas de escolas particulares — ela diz. E admite que se essa discussão continuar por mais tempo deverá abalar, sensivelmente, a relação entre o educador e o educando. “Eu acredito que essa geração que está se formando poderá perder a credibilidade nas escolas. Isso é um problema muito sério, que não está sendo abordado com a dimensão que merece”, alerta.

Questionar os professores nas portas das escolas para saber seus salários está virando prática comum em algumas escolas. É o caso, por exemplo, do colégio e faculdade Santa Marcelina. Insatisfeita com as explicações da diretoria, Virgínia Camargo, mãe de uma menina e estudante universitária da escola-faculdade, passou a investigar, entre os professores, qual o percentual de aumento das mensalidades que está sendo repassado a eles. “É preciso que todos se unam e investiguem a necessidade real de todos esses aumentos abusivos”, diz Virgínia.

Apresentar as planilhas de custos aos pais de alunos foi a única forma que Lena Bartman, diretora do berçário e pré-escola Ibeji, encontrou para mostrar as necessidades reais dos aumentos. “A coisa está muito confusa”, admite Lena. “Os próprios pais, depois de dissecarem nossas planilhas chegaram à conclusão de que os aumentos são viáveis. Eu acredito que tudo isso está sendo feito, pelas autoridades governamentais, para desviar a atenção do problema real: a péssima qualidade do ensino público.”

Empurrando um carrinho do supermercado com os dois filhos dentro, Anete Lopes, mãe de duas crianças que estudam no colégio Pentágono, quase não tinha lugar para as compras. Mas garantiu: o pequeno espaço era suficiente para o que ela iria adquirir, já que a parte maior do salário de seu marido está indo para as escolas. “O aumento dessa vez foi gritante”, reclamou. “O ambiente e os professores do Pentágono são excelentes, mas isso não justifica as mensalidades extorsivas. Eu perdi totalmente a confiabilidade em nível financeiro na escola”, admitiu. “Mas mantenho as crianças lá porque a qualidade de ensino é excelente”, justificou.

O diretor-secretário do colégio Pentágono, Pio Rodrigues Lima, não admite que exista uma perda de credibilidade em sua escola. “Pelo menos, não quanto à qualidade de ensino”, ressalva. Mas Silvia Gouveia, diretora do Lourenço Castanho, acha que não há uma perda de credibilidade por etapas. “Ninguém pode dizer que continua confiando pedagogicamente em uma escola, se não tem a mesma crença no aspecto financeiro. Os pais têm que tomar uma decisão: acreditar ou não na escola que escolheram para seu filho”, ela aconselha.

Sandra Moretti



José Aurélio: “Haverá crise nas escolas”.



Hugo Napoleão, reunido com representantes da Fazenda.

## As reações de pais e donos de escolas

Mesmo reconhecendo que com os novos critérios de reajuste as mensalidades escolares continuarão altas, o advogado Luiz Marrey, que assessora a Associação de Pais e Alunos de São Paulo, considerou “saúdavel para a sociedade” a atitude do governo de revogar o Decreto nº 95.720, que liberou os preços e instituiu a criticada liberdade vigiada. De acordo com cálculos preliminares do advogado, com a nova sistemática de reajustes, o aumento das mensalidades de março, em São Paulo, deverá ser de 119,75% sobre os valores de dezembro.

— O aumento continua absurdo, se notarmos que nos últimos três meses a inflação não chegou a 40%. Mas, pelo menos, já temos alguns parâmetros para evitar os abusos cometidos por várias escolas, que chegaram a aumentar suas mensalidades em mais de 200% — disse Marrey.

O advogado criticou o comportamento do Conselho Estadual de Educação, “que não vem fiscalizando a atuação dos estabelecimentos particulares na fixação das mensalidades”. Segundo ele, o conselho tem autorizado “sistematicamente” aumentos abusivos para instituições cujos donos são conselheiros do órgão. “Enquanto o conselho for composto por donos de escolas não haverá qualquer fiscalização”, disse.

Já para o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, José Aurélio de Camargo, o fim da liberdade vigiada provocará “uma crise nas escolas”. Ele disse que a fórmula en-

contrada pelo governo, estabelecendo critérios de reajuste comuns a todas as escolas, “vai penalizar a eficiência”.

— Muitas escolas têm investido em equipamentos e recursos humanos, e, por isso, precisam ter um reajuste maior do que aquelas que nada oferecem aos seus alunos. Com um índice de aumento igual para todas as escolas, o investimento deixará de existir, prejudicando o desenvolvimento de uma política de tecnologia educacional para o setor — acrescentou Camargo.

O presidente do sindicato dos estabelecimentos de ensino reafirmou que a entidade pretende recorrer à Justiça contra a decisão do governo de revogar o Decreto nº 95.720 se os direitos adquiridos pelas escolas (que já reajustaram suas mensalidades) durante a sua vigência não forem mantidos. “A nosso ver, a revogação do decreto não significa que seus efeitos também sejam anulados, pois, juridicamente, um decreto não tem poderes para isso”, explicou Camargo.

### UNE não gostou

Antes de viajar ontem para Brasília, onde participou de uma reunião com o ministro da Educação, Hugo Napoleão, o diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE), William Alberto Campos, garantiu, no Rio, que a entidade não concorda com o novo decreto anunciado pelo governo para fixar o percentual de aumento das mensalidades, e que vai continuar defendendo a proposta de congelamento dos valores dos

carnês emitidos em dezembro do ano passado.

Segundo William, as manifestações de rua em São Paulo e no Rio contra o Decreto nº 95.720 provaram o poder de mobilização dos estudantes, “pois o governo resolveu revogar aquele decreto. Então vamos continuar com a nossa luta, que é contra o ensino pago. Afinal, o governo, quando liberou as mensalidades, agiu como se tivesse tomado um pirulito da boca de uma criança, e agora, com o novo decreto, devolve apenas o palito do pirulito”.

William, que é diretor do DCE da Universidade de Santa Ursula, no Rio, disse que a UNE aceita negociar com o governo — se não o congelamento, “pelo menos a fixação de um percentual de aumento de até 70% da URP de janeiro a março deste ano”. Ele lembrou que a convocação para uma greve geral no próximo dia 21 continua valendo, “pois temos certeza de que o governo não irá atender as nossas reivindicações”.

Já os diretores da Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas do Rio, que também convocaram a imprensa ontem, resolveram, antes de um pronunciamento, reunir a diretoria da entidade para uma posição a respeito do novo decreto. O encontro está marcado para amanhã, no auditório da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mas, a princípio, os secularistas também são contrários ao percentual de aumento das mensalidades autorizado pelo governo.

delicado para nós e até para o serviço público.

### Verba federal

No ano passado, o governo estadual recebeu uma verba federal de Cz\$ 1,7 bilhão — segundo informações dos próprios funcionários — para aplicar no setor de Educação. Mas a Quota Estadual de Salário Educação (Quese), não foi para nenhum dos órgãos que deveriam construir escolas. O governo alega que os Cz\$ 1,5 bi — na verdade Cz\$ 1,5 trilhão — foi “repactuado” com as empreiteiras, que se diziam “defasadas” nos valores contratuais firmados durante o Plano Cruzado. Outra justificativa do Estado: na nova administração foram entregues mais duas mil salas de aula. Segundo os funcionários da Conesp, o que o governo do Estado fez foi “terminar um plano elaborado por Montoro”, sem que nenhum novo projeto fosse iniciado.

Quêrcia deve convocar hoje os engenheiros da Conesp, da Fundação para o Desenvolvimento da Educação e da Secretaria de Obras Públicas, a fim de levantar, em toda a Grande São Paulo, a situação dessas duas mil salas de aula que ele diz estar concluindo.

## A “liberdade vigiada” acabou. Com o novo decreto, os reajustes acompanham a URP. Mas há muitas correções.

O presidente José Sarney baixou decreto ontem suspendendo o regime de liberdade vigiada para as escolas, no que se refere à cobrança de suas anuidades e mensalidades. A partir de agora, os reajustes das mensalidades escolares vão acompanhar a URP (Unidade de Referência de Preços), mas sofrendo antes, com base nos valores cobrados em dezembro último, uma correção que leva em conta 70% dos reajustes salariais concedidos aos professores na data-base deste ano e a inflação verificada nos meses de janeiro e fevereiro. As escolas que cobraram a mais em comparação com a nova sistemática de reajuste fixada pelo governo, terão de devolver a diferença em dinheiro ou abatê-las nas mensalidades futuras. No entanto, terão direito a uma margem de lucro que não poderá exceder a 10% do total dos seus custos.

### A nova sistemática

Para compreender bem a nova sistemática de correção das mensalidades escolares, tudo que você precisa saber é de quanto foi a URP (Unidade de Referência de Preços) dos meses de janeiro (9,19%), fevereiro (9,19%) e março (16,19%); as taxas de inflação dos meses de janeiro e fevereiro, medidas pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor), respectivamente de 16,51% e 17,96%, e o percentual de reajuste concedido pelas escolas aos professores na data-base, que em geral é no mês de março. Em São Paulo, os professores obtiveram um reajuste salarial de 96,51%.

Uma vez conhecidos estes dados, agora é só fazer as contas. Para facilitar o raciocínio, suponha que em dezembro de 1987 você pagava uma mensalidade para a escola do seu filho no valor de Cz\$ 1.000,00.

Pela sistemática estabelecida pelo governo, você deve corrigir este valor pela URP de janeiro. Aplica, portanto, 9,19% sobre os Cz\$ 1.000,00, e obtém a nova mensalidade reajustada para Cz\$ 1.091,90. Em seguida, aplique a este último valor a URP de fevereiro, obtendo, assim, Cz\$ 1.192,24. Com isto, foi corrigido o valor da anuidade escolar com um índice compatível com os aumentos salariais que você obteve, com base na URP.

Em março, contudo, por ser o período da data-base dos professores (no caso de São Paulo, por exemplo), a escola do seu filho terá que dar aumento aos professores e estará também sujeita a outros custos. Tudo isto será levado em conta. Prosseguindo os cálculos: o último valor encontrado foi Cz\$ 1.192,24. Agora, você deve corrigir este valor em 57,56%, no caso de São Paulo. E por que este percentual? Porque ele representa 70% do aumento dado aos professores na data-base. E por que pegamos 70% e não 50% ou 80%? Porque, segundo o governo, o custo de mão-de-obra, para as escolas (salários dos professores) representa 70% dos custos totais da escola. Explicado isso, corrigimos em 57,56% os Cz\$ 1.192,24, obtendo, assim, Cz\$ 1.997,72. Com isto, as escolas transferiram para as mensalidades os seus custos com a mão-de-obra. Mas ainda temos contas para fazer.

Ora, se 70% do custo total das escolas é com mão-de-obra, temos que 30% representam custos com outros setores que não salários, tais como energia elétrica, telefone, água, gás etc. E de uma maneira geral, estes custos, que representam 30% do total, acompanharam a inflação, ou seja, o IPC. Como já aplicamos a URP nas mensalidades para os meses de janeiro e fevereiro, tudo que temos de fazer agora é dar o diferencial entre a inflação e a URP naqueles dois meses. Mas não daremos este diferencial sobre tudo, mas só sobre 30% dos custos escolares.

Nós sabemos que a inflação acumulada de janeiro e fevereiro foi de 37,435%, e que a URP acumulada desses dois meses foi de 19,224%. O diferencial é, portanto, de 15,27% (este cálculo é feito dividindo-se 1,37435 por 1,19224). Agora, calculamos 30% de 15,27%, que dá 4,581%. Este é o percentual que será aplicado sobre Cz\$ 1.997,72, que dá Cz\$ 2.089,24. Mas a conta ainda não terminou — falta a inflação de março, para ser repassada para as mensalidades, apenas no que se refere aos 30%. O correto seria calcularmos aí 30% do IPC, que mede a inflação. Mas para facilitar as coisas, o governo preferiu tomar como parâmetro a URP, porque ela é conhecida para três meses à frente e não se tem que esperar um novo número a cada mês. No caso das datas-bases de março, isso não dá nenhuma distorção porque a inflação foi praticamente igual à URP.

Então, calculamos 30% de 16,19%, que é o valor da URP de março, e achamos 4,857%. Aplicamos este percentual sobre o nosso último número em cruzados, os Cz\$ 2.089,24, e achamos o valor final da mensalidade, que é de Cz\$ 2.190,72. Como o valor inicial da prestação era de Cz\$ 1.000,00, o aumento sofrido foi, portanto, de 119%.

Este seria o percentual obtido com as regras básicas fixadas. Só que o decreto que instituiu a nova sistemática permite a cobrança de até 10% dos custos totais na forma de lucro da escola, a reposição do diferencial que restou do gatilho, e coisas desta natureza. Determina ainda que as escolas que estão no prejuízo terão seu caso examinado fora dessas normas. O fato é que a partir da data-base dos professores, o reajuste da mensalidade segue a URP, basicamente, tendo a escola o direito de pleitear um percentual de margem de lucro limitado a 10% do total dos seus custos.

### Mecanismo complexo

Para o ministro da Educação, Hugo Napoleão, “o Ministério da Fazenda saíu com a fórmula de reajuste do decreto”. É que, de uma fórmula simples, que considerava a variação da URP mais o dissídio dos professores nos Estados, chegou-se a um mecanismo mais complexo, que instituirá um preço para cada escola em particular.

A fórmula particulariza quando se chega ao mês da data-base dos professores. Tomando-se a mensalidade de dezembro, as escolas vão corrigindo pela URP, mês a mês. No entanto, no mês da data-base elas poderão repassar 70% do valor do reajuste que pagaram aos seus professores.

A principal dificuldade dessa fórmula será a fiscalização. Os Conselhos Estaduais de Educação, que já não conseguiam analisar os recursos quando havia liberdade de preços, terão de fiscalizar agora os índices de cada uma das 35 mil escolas. O ministro da Educação comprometeu-se a aparelhar os Conselhos que se julgarem incompetentes para executar esse trabalho, embora esse compromisso não figure mais no decreto assinado ontem.